

EMENDAS POPULARES

Covas defende diretas. Lourenço ganha aplauso

Surpreendentemente, as primeiras palmas que ecoaram no plenário durante o discurso do senador Mário Covas (PMDB-SP) em defesa da emenda das diretas, foram dadas a um aparte feito pelo impopular líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (PFL-BA). José Lourenço sem dúvida foi hábil ao tentar defender a manutenção do mandato do presidente José Sarney após a promulgação da Constituição argumentando que se este mandato fosse contestado, o de todos os parlamentares também deveria ser.

— Por que todos nós não abdicamos do resto do nosso mandato e não fazemos eleições diretas para todos, de vereadores a Presidente da República? — sugeriu o líder do PFL, muito aplaudido por populares que com certeza desconhecem sua real disposição.

Mas as palmas se repetiram, e com muito mais intensidade, quando Mário Covas respondeu ao aparte. O líder do PMDB na Constituinte lembrou que

nem ele nem os outros constituintes haviam passado pelo Colégio Eleitoral. E não perdeu a oportunidade de provocar José Lourenço, dizendo que votaria com todo o prazer no projeto que ele apresentasse propondo eleições gerais após o encerramento dos trabalhos da Constituinte.

DEFORMAÇÃO

Covas rememorou a campanha das diretas e frisou, por diversas vezes, a importância de que os poderes da República se mantenham com "efetiva igualdade e independência".

— Este Poder não deve relação de subordinação a quem quer que seja. E preciso que tiremos das costas de uma vez por todas esta canga autoritária que é fruto de uma deformação de nossa cultura — disse o líder do PMDB na Constituinte.

Depois de fazer a ressalva de que não pretendia julgar o presidente Sarney, declarou-se incapaz de entender o porquê de especu-

lações sobre a fixação do mandato de Sarney em cinco anos. "Até entendo as teses dos quatro ou seis anos, na teoria. Mas por que cinco anos, a não ser pelo fato de que é um número situado entre quatro e seis ou porque o Presidente da República foi um dia à TV, imperialmente, dizer que "abria mão" de um ano de seu mandato?"

Covas aproveitou para lembrar a Sarney que mandato não é somente um direito mas também um dever e portanto ele não poderia decidir, unilateralmente, "abrir mão" de um ano de mandato. O senador terminou sua defesa atacando três argumentos que têm sido usados pelos defensores da manutenção do mandato de Sarney após o encerramento dos trabalhos da Constituinte. Na opinião de Covas, são argumentos calcados "no mais profundo cinismo".

CASUISMOS

O primeiro é que o mandato será maior ou menor

em função do grau de sucesso do governo Sarney. "É evidente que o mandato não pode estar condicionado ao desempenho do governante, na medida em que é originário de uma fonte legítima de poder. Ou então vamos colocar no texto da futura Constituição: se a inflação, for superior a 15 por cento, o mandato terá determinada duração. Caso contrário, será maior".

Outra tese considerada absolutamente indefensável por Covas é que o mandato do atual presidente depende do sistema de governo. "O sistema de governo vai definir a duração do mandato dos próximos presidentes", lembra o senador.

Finalmente, o líder do PMDB refutou o argumento de que seria inconveniente para seu partido eleições no próximo ano. "Não podemos continuar a usar casuísticas desta natureza. Compromissos nascem para serem cumpridos".

Barbosa Lima, emoção e nacionalismo

Quarenta e um anos depois de legislar uma Carta Magna, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, viveu esta semana a emoção de voltar à tribuna da Assembleia Nacional Constituinte. Ele esteve em Brasília para defender a emenda popular que exige o monopólio estatal do petróleo e condena os contratos de risco, assinada por mais de 53 mil eleitores, após o relançamento da campanha "O petróleo é nosso", em julho passado. Mas o discurso de Barbosa Lima Sobrinho — que duraria apenas 20 minutos — acabou repleto de apertes e o presidente da ABI ficou uma hora sentado à mesa da Assembleia, defendendo sua tese e recebendo o apoio e elogios de parlamentares de todos os partidos.

Os constituintes, entretanto, preferiram ouvir primeiro a exposição para depois apartar Barbosa Lima Sobrinho. No discurso, ele ressaltou que a tese do monopólio estatal do petróleo "é suprapartidária, é dos civis e dos militares,



Barbosa Lima Sobrinho

dos estudantes, dos operários, dos profissionais liberais, enfim, de todo o povo brasileiro que aspira soberania, liberdade e desenvolvimento sócio-econômico". Citando diversos dados — entre os quais o de que após 12 anos de realização de contratos de risco não foi descoberta "nenhuma gota de petróleo" — Barbosa Lima Sobrinho afirmou que "o risco nesses contratos é nosso, dos brasileiros". Segundo ele, não pode existir mono-

pólio com contrato de risco.

"A palavra monopólio teve a sua origem na Grécia, firmando-se com a reunião de dois vocábulos: "Monos", que significa único, e "Polein", indicando a presença de um mercador. Para dizer exatamente isso: mercado único, deixando bem marcada a função de exclusividade", explicou ele, didaticamente. O presidente da ABI passou, então, a dar exemplos: "monóculo tem uma só lente. Se tiver duas, é binóculo; monóculo tem uma roda. Se tiver duas, é bicicleta; monóculo é quando apenas uma pessoa fala. Se duas falarem, é diálogo", disse.

Barbosa Lima Sobrinho frisou ainda que os contratos de risco são inconstitucionais e ilegais, pois ferem a lei e infringem a atual Constituição. Mesmo assim, informou ele, ainda vigoram 66 dos 243 contratos de risco firmados. "No momento a Petrobrás está impedida de firmar novos contratos dessa natureza em função de uma orientação do ilustre ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que tomou essa

decisão em respeito aos trabalhos em andamento na Constituinte e de acordo com as suas convicções pessoais", elogiou.

Ao encerrar a defesa da emenda popular, o presidente da ABI pediu a manutenção do texto do projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, que soube, segundo ele, "interpretar os legítimos interesses da sociedade brasileira". Barbosa Lima Sobrinho explicou o motivo de ter concordado em defender a emenda: "Achei que aos 90 anos ainda é tempo de servir ao Brasil". Foi aplaudido de pé por cerca de 30 constituintes presentes à sessão.

Começaram, então, os apertes, concedidos a nove parlamentares de diversos partidos. O deputado Lyzianeas Maciel (PDT-RJ) destacou que Barbosa Lima Sobrinho mostra que "vitalidade não é sinônimo de idade". O senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF) afirmou: "é um momento de grandeza". Afonso Arinos, classificou ao presidente da ABI de "comovente, e

EUGENIO NOVAES



Covas defendeu as eleições diretas em 88, cuja emenda popular patrocinou

Sesi e Senai levantam a taça da unanimidade

No plenário do Senado Federal, durante reunião da Comissão de Sistematização, na última quarta-feira, o assunto em destaque foi o complexo Sesi e Sesi, administrado pela Confederação Nacional da Indústria, e Sesc e Senac, da Confederação Nacional do Comércio. Através de emenda popular, os empresários estão tentando afastar da Constituição a hipótese da determinação de que só sejam descontados da folha de pagamento dos trabalhadores, percentual à seguridade social estatizando aquelas organizações. De acordo com os oradores que defenderam a emenda popular que maior número de assinaturas apresentou — 1,6 milhão —, estabelecer isto na Constituição seria a decretação do fim das entidades sociais, mantidas pelo empresário e que em muito têm contribuído para o desenvolvimento social do País e de melhor qualidade para a formação de mão-de-obra.

De acordo com um dos oradores da noite, o presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Cássio Branco Gonçalves, o único adendo por parte dos constituintes é com relação à participação dos trabalhadores nos conselhos deliberativos das entidades — "isso eu venho defendendo há mais de três anos, mas ainda acho que a maioria deva pertencer aos empresários porque somos nós que construímos e consolidamos o sistema". No entanto, o líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio da Silva — o Lula — discorda em parte de Cássio Gonçalves a esse respeito. De acordo com ele, o complexo é também mantido pelos trabalhadores já que é através do seu trabalho que todo o sistema pode ser implantado.

— Há um certo acodamento da Fiesp e da Confederação Nacional da Indústria. Ninguém quer acabar com o complexo. Acha que o trabalhador deve participar da administração e que nenhum recurso arrecadado fique na Fiesp ou na CNI para aplicação em outras obras. O trabalho oferecido é bom, mas a quantia arrecadada é ótima.

Lula, que foi aluno do Senai, afirma que uma Constituinte sem conflitos não é Constituinte e que isto está acontecendo em toda e qualquer questão polêmica que seja levantada. Mas admite que o trabalho do Sesc, Sesi, Senai, e Senac é bom e que, realmente, qualifica o trabalhador, mas que a sua participação

também é necessária, inclusive para melhor gerir os programas apresentados. Com este ponto de vista, também concorda o presidente da Fibra, Cássio Branco Gonçalves. Ele garantiu, logo após o seu pronunciamento, que a maioria dos constituintes entende que os serviços são imprescindíveis, "mas é preciso estar atento a manobras que possam inviabilizar o sistema".

— A manobra seria o impedimento de qualquer contribuição sobre a folha de pagamento que não fosse para a seguridade social? — pergunta um jornalista.

Exatamente. Fazer isto seria estatizar ou terminar com o sistema. Não podemos aceitar isto. Nós realizamos um trabalho importante e imperativo em um país como o nosso", respondeu o presidente da Fibra.

Em um estudo do Centro Nacional de Formação de Mão-de-Obra (CNFMO), existe um relatório que garante que, até o ano 2014, será possível qualificar todos os jovens que desejem ingressar no mercado de trabalho. No entanto, Cássio Branco não concorda. Ele acredita ser impossível atender a todos, até mesmo por falta de recursos. Quanto à participação do Governo na qualificação de mão-de-obra (outra proposta defendida pelo Partido dos Trabalhadores), Cássio Branco Gonçalves acha importante haver uma administração tripartite, com a presença de Governo, empresários e trabalhadores. E explica:

— Em qualquer país em que não haja qualificação, o trabalho será sempre nivelado por baixo e, com isso, os salários. Acha que o trabalhador brasileiro, como em qualquer lugar do mundo, tem aspirações. Tem a ambição necessária para crescer. Nos Estados Unidos, por exemplo, um garçom está ganhando mais do que muitos profissionais no Brasil. E por quê? É a dignidade do trabalho. E levar a sério o seu ganha-pão.

Para o presidente da Federação das Indústrias de Brasília, transformar o complexo em estatal é rezar por sua morte. "Comeria o clientelismo político, a má distribuição dos recursos em detrimento de profissionais capacitados e em benefício de apadrinhados. Os empresários não têm compromissos com ninguém e os conceitos aplicados são muito diferentes do que poderia acontecer se houvesse alguma transformação".

Dos constituintes que apartaram o discurso do presidente da Fibra, diante do plenário da Comissão de Sistematização, dois são ressaltados pelo empresário. O primeiro, do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ). De acordo com o parlamentar, a discussão sobre Sesi, Senai, Sesc e Senac é uma das raríssimas unanimidades no Congresso Nacional. "Quando se percebeu que havia ocorrido um dispositivo na Constituição que inviabilizaria essas entidades, ocorreram uma série de discussões e hoje, tenho a impressão, que não há qualquer divergência".

O deputado Miro Teixeira afirma que não há qualquer outra medida na Constituinte que possa se aproximar do consenso que se obteve em torno da preocupação de manter o trabalho que essas instituições realizam. "As preocupações que norteiam hoje os trabalhos da Constituinte não são, lamentavelmente, as mesmas das pessoas que detêm o poder, mas espero que assim como a unanimidade foi conseguida neste assunto é que outros temas, voltados para o desenvolvimento do nosso País, obtenham o mesmo consenso".

O ex-ministro do Trabalho, deputado Arnaldo Prieto, afirma que seria loucura terminar com um trabalho como o dessas instituições. Garante que conheceu as quatro entidades, de norte a sul do País, "de quem teve a responsabilidade de ser ministro do Trabalho e tê-las vinculadas ao seu Ministério". Afirma o ex-ministro que falar dos benefícios e os resultados que essas entidades trouxeram, trazem e trarão ao trabalhador é quase supérfluo porque é a defesa que todos gostariam de fazer.

Outra parlamentar que acha uma "discussão inútil" o fechamento ou não das entidades, Rose de Freitas, afirma ser radicalmente contra quando o assunto é estatizar isto ou aquilo. "Não destruiremos o que tão belamente foi construído. Este tema foi o objetivo do mais completo trabalho de pressão da Constituinte, embora sem necessidade, pois a manutenção do sistema, tal qual se encontra, é consensual. Quereria que os demais temas pudessem ter o clima de tranquilidade que temos diante da proposta de manutenção do Sesc, Senai, Sesi e Senac. Se essas entidades fizessem tão bem a propagação dos quatro anos de mandato para o presidente Sarney, já estaríamos vitoriosos".

Juiz defende maior rigor da censura

O presidente da Associação Nacional de Juizes e Curadores de Menores, Jorge Uchoa Mendonça, foi o escolhido pela Associação Nacional dos Censores Federais e dos Servidores do Departamento de Polícia Federal para defender a emenda popular sobre a censura, que propõe a manutenção de seu exercício pela Polícia Federal.

Na opinião do juiz, as imagens veiculadas pela televisão, principalmente, têm grande responsabilidade sobre os crescentes índices de violência registrados nas cidades. Jorge Mendonça acredita que um caso típico de violência inspirada nos seriados de televisão foi a recente tentativa de fuga de um presídio carioca num helicóptero.

Mas não é só na televisão que o juiz identifica graves omissões dos responsáveis pela censura. Absolutamente indignado, ele citou trechos da peça "Seja lá o que Deus quiser", em exibição no Rio com censura de dez anos.

CAMISINHA

Segundo o juiz, durante todo o espetáculo os personagens cheiram cocaína e "um jovem de quinze anos" é estimulado a experimentar a droga pelo próprio pai. Uma mulher diz para "um jovem de quinze anos" que é bissexual e o "jovem de quinze anos" manifesta o desejo de se iniciar sexualmente com a mãe. "Ora, isto não é possível. Isto é indução ao uso de tóxicos", protesta o juiz.

Amato quer o Estado fora da economia

Mais de um milhão de cidadãos brasileiros por constituinte (são 559) assinaram as emendas populares defendidas na quinta-feira no plenário da Comissão de Sistematização, mas menos de 40 constituintes ouviram. Eram nove emendas, que somavam 559.379 signatários, e, curiosamente, o industrial Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), foi o que mais público e interesse conseguiu dos constituintes e das galerias.

O azar de Mário Amato é que haviam sobrado da sessão anterior, e foram colocados para falar antes dele, um líder trabalhista, o deputado Olívio Dutra, do PT do Rio Grande do Sul, e uma comunista, a deputada Lidice da Mata (PC do B-BA). Ambos defendiam emendas que tratavam da Ordem Econômica e Social, com visões extremamente opostas à do industrial, que os ouviu calado.

O presidente da Fiesp não se conteve, contudo, quando viu que teria de ouvir mais um discurso contra os princípios que defende. Era Inácio Arruda, da Federação das Associações de Moradores de Fortaleza, na verdade o único que o deveria preceder na sessão, que estava inscrito para falar após Lidice da Mata. Mário Amato conseguiu trocar de lugar com ele na lista de inscrições e, sem qualquer interferência dos quase 40 constituintes que o assistiram, inclusive Olívio Dutra e Lidice da Mata, defendeu a livre iniciativa.

Mário Amato não usou de subterfúgios. Foi logo ao assunto, dizendo que estava presente para sensibilizar os constituintes para "a manutenção e o fortalecimento da economia de mercado, o aperfeiçoamento do regime da livre empresa e, consequentemente, uma clara delimitação do campo de ação do Estado na economia". Ressaltou que não se tratava de um capitalismo selvagem, mas, ao contrário, de um capitalismo moderno, "comprometido com o bem comum, com a satisfação das necessidades da população".

Sem se deixar intimidar pela presença da esquerda, atacou a reserva de mercado, pregando a abertura do País à tecnologia e ao capital estrangeiro. "O destituir a entrada de novos capitais de risco vai provocar uma ruptura no processo de modernização", advertiu, após frisar que a questão do capital estrangeiro deve ser analisada "sem preconceitos".

EQUIPE

As matérias sobre emendas populares são de autoria dos repórteres: Adriano Lafeté, Afonso Cozzolino, Catarina Guerra, Laurence Noletto, Marba Furtado